

Macedo: é o fim dos expurgos no INPC.

O ministro Murilo Macedo, do Trabalho, disse ontem à noite ao JT que as antigas faixas salariais estão definitivamente extintas, sendo que o reajuste de 80% do INPC passa a vigorar para todos os salários existentes no País. Garantiu, ainda, que não haverá novos expurgos sobre o INPC. Macedo procurou mostrar que a atual situação econômica exigiu a adoção dessas medidas.

Sobre a greve geral marcada para o próximo dia 21, disse que "o ministro do Trabalho explicará aos trabalhadores as razões pelas quais o governo se viu obrigado a tomar essas medidas". Ele ressaltou que as medidas que alteram os salários foram acompanhadas por compensações dadas pelo governo, no processo de desindexação: "O governo preservou a semestralidade dos reajustes — disse —, desindexou o problema do BNH, os preços das indústrias, que só podem reajustar seus produtos na base de 80% das ORTNs, além de tabelar os juros".

Também o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, informou ontem ao presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio de Oliveira Santos, que não haverá mais expurgos no INPC de agora em diante.

O decreto estabelecendo reajustes de 80% do INPC para todos os salários prejudica principal-

mente os trabalhadores compreendidos na faixa de um a sete salários mínimos, que constituem a grande maioria — 90% dos assalariados — e que já constituíram o contingente mais beneficiado pela política salarial. Essa faixa perde o reajuste de 100% do INPC.

Na saída da reunião de ontem, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, afirmou que a medida foi adotada pelo governo como "salvação nacional". O presidente Figueiredo, segundo ele, "achou por bem reunir o Conselho de Segurança Nacional para aprovar o decreto-lei, porque se tratava de matéria de interesse da segurança nacional,

O decreto-lei, segundo explicou Murilo Macedo, não altera apenas a sistemática salarial, "mas promove a chamada desindexação da Economia, ao estabelecer o mesmo percentual de reajuste para os aluguéis particulares e as prestações do BNH". Ele frisou que as medidas vigorarão por prazo limitado, até julho de 1985, "prazo que esperamos seja suficiente para nos encaminharmos a um patamar de inflação inferior ao atual".

O ministro disse, ainda, que tentará explicar aos trabalhadores, nas reuniões que terá este fim de semana com os sindicatos e federações de São Paulo, que "todos perderam um pouco com a medida, mas a Economia Nacional como um todo, saiu ganhando".